

IBGE

PLANO ESTRATÉGICO

2001 - 2003

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Martus Antônio Rodrigues Tavares

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Sérgio Besserman Vianna

Diretor Executivo
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Maria Martha Malard Mayer

Diretoria de Geociências
Guido Gelli

Diretoria de Informática
Paulo Roberto Ribeiro da Cunha

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Kaizô Iwakami Beltrão

2) **Cenário político-institucional marcado tanto pelo fortalecimento dos princípios e práticas da democracia**, na esteira da emergência de novas formas de sociabilidade viabilizadas por técnicas informatizadas de comunicações de massas e pela universalização da cidadania, **quanto por um processo de transformação do estado contemporâneo**, que busca estabelecer uma nova estrutura institucional e distribuição de responsabilidades e funções, adequadas a responder às demandas crescentes por eficiência e produtividade, de forma transparente, periodicamente avaliada e publicamente informada. Vale salientar neste contexto atual, a evolução da “consciência ecológica” e o amadurecimento das entidades ambientalistas que têm conseguido dar peso ao tema na agenda política das nações, ao demandar por novos tipos de informações (desagregadas e microlocalizadas) e avançar em análises das relações entre a atividade econômica e sua base natural, nas quais se demonstram como a utilização predatória dos recursos naturais e a deterioração do meio ambiente, para além de comprometer a qualidade de vida da sociedade, inviabiliza as próprias condições de produção.

3) **Ambiente de gestão organizacional cada vez mais caracterizado pela complexidade e rapidez das transformações**, em função da internacionalização crescente, da velocidade dos avanços tecnológicos e das inovações no modo de conduzir e estruturar organizações, que deve definir um marco de referência amplo em que deixa-se de operar em condições de estabilidade e competitividade limitada, para assumir uma gerência complexa em contexto de contínua mudança e competitividade ampliada. Num tal quadro, dois aspectos, pelo menos, reclamam particular atenção: (i) as organizações ficam bastante dependentes do conhecimento, das habilidades, da motivação, da criatividade e da renovação de sua força de trabalho, o que torna imperioso investir continuamente no desenvolvimento do ser humano por meio de educação, de uma política integral e priorizada de capacitação e treinamento e de novas oportunidades de crescimento profissional; (ii) o perfil das estruturas organizacionais, para favorecer a produtividade e a inovação, deve mudar decisivamente no sentido de uma maior flexibilidade, abandonando o modelo piramidal e compartimentalizado tradicional, em favor de esquemas que possibilitem readaptações permanentes dos recursos humanos e financeiros, na linha das organizações matriciais, por projetos.

4) **Contexto de forte dinamismo tecnológico, principalmente na área das novas tecnologias de informação**, tendo por base redes físicas e sistemas lógicos de comunicação digital instantânea, que vão prover instrumentos criativos de armazenamento, processamento e disseminação da informação, de individualização coordenada do trabalho e a concentração e descentralização simultânea da gestão organizacional e da tomada de decisões em escala ampliada. Um tal ambiente estará sustentado por setores intensivos em conhecimento, de alta especialização, que devem instalar, operar e disponibilizar as novas plataformas computacionais descentralizadas e desenvolver serviços e aplicações fundamentais para a organização.

5) **Cenário de estabilidade institucional, em particular a monetária, e de progressiva inserção competitiva na economia mundial**, que têm entre suas virtudes a capacidade de alargar os horizontes de previsibilidade e de planejamento das organizações (e indivíduos), dando sustentação aos processos de reestruturação econômica e da gestão corporativa, que se impõem em épocas de alta competição. Ressalte-se, por um lado, que ao reintroduzir referenciais expectacionais positivos entre os agentes econômicos privados, a

PLANO ESTRATÉGICO 2001 - 2003

MISSÃO INSTITUCIONAL

*RETRATAR O BRASIL,
COM INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS
AO CONHECIMENTO DA SUA REALIDADE E AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA.*

CONDICIONANTES ESTRATÉGICOS

Aproveitar oportunidades e reconhecer desafios através do exame contínuo do ambiente e de seus próprios processos internos é indispensável a qualquer organização moderna. Vivemos um momento histórico no qual a tecnologia, os conhecimentos, a informação e as comunicações adquirem um valor estratégico para o desenvolvimento econômico e a competitividade das nações, para a gestão mais flexível das corporações públicas e privadas e para o exercício da cidadania.

Acompanhar e adaptar-se às transformações em curso, tendo como objetivo atender, com qualidade, harmonização e economicidade às sempre crescentes demandas da sociedade por informações de grande confiabilidade, exige clareza quanto à missão institucional do IBGE e conhecimento dos fatores condicionantes básicos que estão e estarão acompanhando este Instituto em suas atividades de levantamento, produção e disseminação de informações. Em suas grandes linhas estes condicionantes são:

1) **Progressiva globalização da economia, como de resto de todas as esferas da atividade social**, reorganizadas sob a forma de redes de comunicação que estreitam os espaços dos relacionamentos institucionais e pessoais, na esteira do predomínio de uma nova matriz tecnológica, da maior mobilidade do capital financeiro e produtivo, da homogeneização dos padrões de consumo e das iniciativas de integração regional e de fortalecimento do multilateralismo. Tal processo definirá um ambiente onde é cada vez mais necessária a preocupação com a credibilidade das informações estatísticas e geográficas, exigindo-se, por decorrência, que os critérios usados em sua produção sejam sólidos, transparentes e comparáveis internacionalmente, como também um maior refinamento na capacidade de criar, manter e administrar novas formas de institucionalização de parcerias e alianças estratégicas com organismos e instituições oficiais de estatística, cartografia e geografia internacionais.

estabilização tem gerado incentivos às oportunidades de investimentos, que vêm contribuindo especialmente para a ampliação e diferenciação da atividade econômica regional, fortalecendo a tendência de desconcentração urbano-metropolitana verificada na última década. Esta descentralização espacial da riqueza e modernidade deve-se traduzir numa demanda progressiva por microdados e dados georreferenciados, na medida em que o avanço dos ideais de cidadania plena e a busca de competitividade econômica dependem de uma competência logística que têm por base a informação (colhida, tratada e analisada). Com isso, cresce bastante a **relevância das atividades de coordenação** e de busca de excelência na gestão de novas formas de institucionalização de parcerias e alianças estratégicas com órgãos produtores de informações, instituições acadêmicas e entidades privadas. Em termos da ótica da gestão organizacional, a estabilidade econômica modifica todas as práticas de cálculo dos custos operacionais da organização, tornando crucial manter uma radiografia atualizada da estrutura destes custos, de maneira a descobrir as fontes nas quais eles se alimentam, algo impensável em período de inflação alta. Tal processo deve estar calcado na **revalorização e progressiva integração das funções de planejamento e controle**, viabilizando o esforço inquestionável de adaptação dos custos operacionais à realidade orçamentária.

VISÃO DE FUTURO INSTITUCIONAL

A existência de **informações estatísticas e geográficas públicas**, confiáveis e atualizadas, é essencial para a consolidação de uma sociedade democrática, e indispensável ao aumento da eficiência na concepção, formulação, execução e transparência das políticas públicas.

Ao revelar o estado de suas economias e de suas populações, as informações estatísticas fazem um retrato objetivo do país, promovendo uma relação mais democrática entre governantes e governados. Por essa razão, cabe aos governos democráticos garantir a credibilidade das informações, assegurando condições de autonomia para sua produção com qualidade e confiabilidade e preservando-as de qualquer ingerência de ordem política ou conjuntural.

As informações produzidas por instituições oficiais estão mudando muito rapidamente, não só dentro dos países, mas também entre países. Um **novo perfil de demanda** está levando os órgãos responsáveis por elas a alargarem o âmbito de sua cobertura temática e espacial, atentando-se inclusive para a sua dimensão global. Em resposta a essas mudanças na demanda, e beneficiando-se dos **avanços na tecnologia de informação e na tecnologia de comunicação**, abre-se a oferta com a emergência de outros órgãos produtores dentro dos países. Com isso, aumenta a **necessidade de coordenação**, o que reforça a maior presença e essencialidade de um órgão central voltado à produção de informações estatísticas e geográficas públicas.

No Brasil, o **IBGE** cumpre, há mais de sessenta anos, o papel de **órgão central produtor de informações estatísticas e geográficas**, retratando com fidelidade a realidade brasileira. A clara consciência dos condicionantes estratégicos, aos quais estará submetido no futuro imediato, coloca para uma instituição com tal perfil diversos desafios, de modo a adequar-se aos novos tempos. Dois desafios, pelo menos, destacam-se neste processo:

primeiro, o conviver com **recursos públicos escassos**, em meio a uma crise fiscal que vem se agravando já de longa data; segundo, articular-se com **novos atores públicos e privados** envolvidos na produção e na disseminação de informações. Como os países precisam que elas sejam contínuas, abrangentes, estáveis e comparáveis, nacional e internacionalmente, para serem tomadas como **bens públicos**, é preciso desenvolver condições que garantam uma contínua oferta de informações, sem as quais a democracia inevitavelmente se enfraquecerá. Para tanto, **é crucial que o órgão central de estatística e geografia seja reconhecido e fortalecido politicamente.**

Num tal contexto, o IBGE deve empenhar-se no uso de metodologias avançadas no trabalho de campo e no trabalho de análise, lançando mão da melhor tecnologia de informação e da tecnologia de comunicação; deve ampliar sua qualificação como analista de resultados, o que naturalmente requer capacitação técnica e uma sólida e moderna disseminação; deve também tornar-se mais ágil no estabelecer de alianças e vínculos de cooperação com outros órgãos produtores e instituições afins, nacionais e internacionais; e mais, deve empenhar-se na **garantia de sua independente institucionalização**, tendo em seu quadro funcional pesquisadores competentes e remunerados devidamente, dispondo de um orçamento e de um fluxo de recursos financeiros adequados ao longo do tempo, bem como, de flexibilidade na administração dos recursos humanos, podendo valorizá-los à altura de seu desempenho e formação, aumentando sua competência técnica e consolidando-se como centro de excelência nos espaços nacional e internacional.

O IBGE como produtor de informações estatísticas e geográficas, deverá mais e mais se transformar em uma **organização intensiva em conhecimento**, tornando-se mais leve e mais flexível em sua gestão, de modo a melhor fazer frente às mudanças. A interação permanente com a sociedade é fundamental, com especial atenção para as mudanças na demanda, cada vez mais intensa e diferenciada. Para tanto, a dinamização do Conselho Técnico do IBGE, como consta em seu estatuto recentemente revisado, assegurará uma ampliação da transparência e articulação com diferentes segmentos significativos da sociedade. É crucial, portanto, fortalecer a oferta de informações georreferenciadas, relativas a espaços e a temas mais desagregados, com diferentes formatos e provenientes de diferentes fontes, o que é especialmente importante em face de uma realidade cada vez mais complexa. Em especial, o IBGE registra o surgimento de uma consciência ambiental, com a consolidação da noção de desenvolvimento sustentável, o que implica a elaboração de novas informações que revelem a relação entre o desenvolvimento econômico e a exploração dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente.

Por fim, consciente da **descentralização político-administrativa** que vige no país, o IBGE entende que deve trabalhar em parceria com os diferentes órgãos produtores de informações estatísticas e geográficas, o que implica a **dinamização da coordenação**, de modo a não se perder de vista os três pilares de um necessário sistema de informações: a **abrangência** temática e espacial, a **permanência** temporal, a **padronização** conceitual, com vistas à uma indiscutível **comparabilidade** no tempo e espaço. No caso especial das estatísticas, o IBGE entende que deve estimular e viabilizar o **uso de registros administrativos**, para ampliar a cobertura temática e espacial das estatísticas, em princípio reduzindo os custos de sua produção e a carga de visitas aos informantes, nas empresas e nos domicílios. Para tanto, cabe ao IBGE envidar esforços no sentido de rever a **legislação**

estatística e a legislação cartográfica, atualizando-as, até mesmo para reforçar a complexa questão do **sigilo individual das informações**, uma das peças-chave do adequado funcionamento de um órgão central produtor de informações estatísticas e geográficas.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

[Condições essenciais para que os macroprocessos ou os objetivos estratégicos se realizem]

1. CREDIBILIDADE E LEGITIMIDADE INSTITUCIONAL

- independência técnico-científica da Instituição;
- garantia do sigilo estatístico por vias legais;
- existência de metodologias, de padrão internacional, e sua contínua publicização;
- sistemática cooperação com organismos nacionais e internacionais e a contínua interação com órgãos públicos e privados nacionais.
- abrangência espacial e temática das atividades da Instituição, garantidas por sua rede de coleta nacional.

2. COMPROMISSO COM INFORMANTES E USUÁRIOS

- incorporação de uma cultura de excelência no atendimento e no relacionamento com a informantes e usuários;
- conhecimento do perfil dos diversos segmentos de clientes e usuários;
- aferição sistemática da satisfação dos clientes e usuários;

3. ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA

- utilização da tecnologia de informação como alavanca de transformações nos processos de produção e de disseminação, para o pleno atendimento às demandas dos usuários e clientes;
- autonomia da atividade de informática nas diversas áreas da instituição, garantindo um adequado suporte ao uso da tecnologia de informação, inclusive no sentido de mantê-la permanentemente atualizada;
- existência de sistemas de comunicação, dinamizadores dos processos administrativos e estimuladores das relações humanas, viabilizando uma nova cultura de cooperação e interação criativas;
- incremento na utilização de ferramentas de geoprocessamento / geomática na produção e disseminação de informações estatísticas e geográficas.

4. EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

- existência de uma política de recursos humanos, voltada para a motivação, a profissionalização e o comprometimento dos servidores;
- implementação de ações de valorização e reconhecimento dos servidores, dentre as quais o treinamento, a remuneração e o desenvolvimento profissional;
- composição adequada, quantitativa e qualitativa do corpo funcional.

5. COMPROMISSO COM ENSINO E TREINAMENTO

- existência de um programa sólido e integrado de treinamento;
- integração do ensino e da pesquisa com a produção e a disseminação de informações estatísticas e geográficas.

6. GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

- compatibilização entre o orçamento-programa e o plano de trabalho, na elaboração e na execução, como apoio à tomada de decisão estratégica;
- existência de uma sistemática de acompanhamento de projetos e de apropriação de custos, para o estabelecimento de prioridades;
- aporte dos recursos financeiros, de acordo com a programação financeira previamente estabelecida;
- suplementação dos recursos orçamentários, por meio de parcerias.

MACROPROCESSOS / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. MACROPROCESSO “*PRODUÇÃO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS*” E SEUS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

1.1 Garantir a realização do Censo Demográfico 2000, através do levantamento em todo o território nacional, das principais características estruturais relativas à população e aos domicílios, usando conceitos, definições e classificações adotados internacionalmente.

Meta 1 / 1.1: Divulgar os resultados censitários para o universo até dezembro de 2001.

Meta 2 / 1.1: Divulgar os resultados da amostra ao longo do segundo semestre de 2002.

Meta 3 / 1.1: Divulgar os resultados da amostra das Tabulações Avançadas no primeiro trimestre de 2002.

Meta 4 / 1.1: Elaborar em forma de mapas (atlas) os resultados do Censo Demográfico 2000, até maio de 2003.

Meta 5 / 1.1: Liberar os mapas da base operacional do Censo 2000, urbanos e rurais, em formato PDF e DGN, até novembro de 2001.

1.2 Garantir a consolidação das Classificações de Atividades Econômicas, de Ocupações e de Produtos, como instrumentos fundamentais à harmonização e padronização conceitual das pesquisas estatísticas e dos registros administrativos, possibilitando a articulação das informações a partir da construção de linguagem comum compatível, inclusive com classificações internacionais.

Meta 1 / 1.2: Gerir e manter a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, como atividade contínua, inclusive seus desdobramentos para usos das pesquisas domiciliares – CNAE-Domiciliar e para a administração tributária, CNAE-Fiscal, com o objetivo de disponibilizar os seguintes produtos:

- ✓ Atualização semestral dos bancos de descritores da CNAE e CNAE-Fiscal e divulgação on-line, a cada semestre, da versão atualizada do sistema informático de pesquisa; e
- ✓ Publicação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE no segundo semestre de 2002.

Meta 2 / 1.2: Definir, gerir e manter, como atividade contínua, a Classificação de Produtos Padronizada, voltada à produção de informações do mercado interno, articulada com a classificação do comércio externo, com o objetivo de disponibilizar os seguintes produtos:

- ✓ Atualização anual da Lista de Produtos Industriais - PRODLIST-IND; disponibilização de arquivo pela Internet no segundo semestre de 2002 e publicação preliminar no segundo semestre de 2003;
- ✓ Publicação da Lista de Produtos da Agropecuária e Pesca - PRODLIST – AGRO no segundo semestre de 2002; e
- ✓ Publicação preliminar da Classificação de Produtos no segundo semestre de 2002.

Meta 3 / 1.2: Implementar a nova Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, nas pesquisas por amostra de domicílios, com aplicação, em 2001, na Pesquisa Mensal de Emprego - PME e, em 2002, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

1.3 Garantir a manutenção, ampliação gradual e atualização sistemática do Cadastro Central de Empresas como fonte para o desenho de amostras para pesquisas econômicas, viabilizando a construção de um sólido sistema, abrangente e integrado, de informações econômicas.

Meta 1 / 1.3: Manter atualizado, como atividade contínua, o Cadastro Central de Empresas, utilizando dados de fontes internas (pesquisas econômicas do IBGE) e externas (registros administrativos, publicações especializadas, etc.) com o objetivo de disponibilizar, no primeiro semestre do ano N+1, Cadastros Básicos de Seleção para pesquisas anuais da área econômica referentes ao ano N.

Meta 2 / 1.3: Elaborar e divulgar, a cada ano N, as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas referentes ao ano N-2.

1.4 Garantir a assimilação e a disseminação de novas metodologias e sistemas aplicáveis à geração e análise de informações estatísticas, de modo a agilizar, reduzir custos e aprimorar as diversas pesquisas desenvolvidas na Instituição.

1.5 Garantir, através das Contagens da População, o levantamento das principais características estruturais relativas à população e aos domicílios, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional.

Meta 1 / 1.5: Realizar a Contagem da População nos anos de final 5, com a divulgação de resultados prevista para dezembro do mesmo ano, continuando no ano subsequente.

1.6 Garantir, através dos Censos Agropecuários quinquenais, o levantamento das principais características estruturais relativas à produção e organização da atividade agropecuária, usando conceitos, definições e classificações adotadas internacionalmente.

Meta 1 / 1.6: Planejar, até 2003, e realizar, em 2004, o Censo Agropecuário ano de referência 2003.

Meta 2 / 1.6: Realizar, em 2002, o Censo Agropecuário Experimental, em dois municípios de unidades da Federação distintas, com resultado previsto para o mesmo ano.

1.7 Garantir o acompanhamento da evolução estrutural da economia e sociedade brasileira por meio de um conjunto de pesquisas anuais nas áreas econômicas e sociodemográficas, utilizando conceitos, definições e classificações adotadas internacionalmente.

Meta 1 / 1.7: Manter as pesquisas anuais em produção, como atividades contínuas, nas áreas:

Sociodemográfica

-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: ano de referência N, com levantamento das informações no ano N e divulgação no segundo semestre do ano N+1.

-Estatísticas do Registro Civil – REGCI: ano de referência N, com levantamento das informações do trimestre T no trimestre T+1 e divulgação no segundo semestre do ano N+1.

Econômica

-Pesquisa Industrial Anual Empresa – PIA-Empresa: ano de referência N, com levantamento das informações no ano N+1 e divulgação no primeiro semestre do ano N+2.

-Pesquisa Industrial Anual Produto – PIA-Produto: ano de referência N, com levantamento das informações no ano N+1 e divulgação no segundo semestre do ano N+2.

-Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC: ano de referência N, com levantamento das informações no ano N+1 e divulgação no segundo semestre do ano N+2.

-Pesquisa Anual de Comércio – PAC: ano de referência N, com levantamento das informações no ano N+1 e divulgação no primeiro semestre do ano N+2.

-Pesquisa Anual de Serviços – PAS: ano de referência N, com levantamento das informações no ano N+1 e divulgação no primeiro semestre do ano N+2.

-Regionalização das Transações do Setor Público - Atividade Administração Pública – APU: ano de referência N, com coleta das informações no ano N+1 e divulgação no segundo semestre do ano N+3.

-Regionalização das Transações do Setor Público - Atividade Empresarial – EPU: ano de referência N, com coleta das informações no ano N+1 e divulgação no segundo semestre do ano N+2.

Agropecuária

-Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM: ano de referência N, com levantamento das informações no ano N e divulgação no segundo semestre do ano N+1.

-Produção Agrícola Municipal – PAM: ano de referência N, com levantamento das informações no ano N e divulgação no segundo semestre do ano N+1.

-Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS: ano de referência N, com levantamento das informações no ano N e divulgação no segundo semestre do ano N+1.

Meta 2 / 1.7: Realizar, até 2002, a divulgação das pesquisas com ano de referência até 2000, nas áreas:

Sociodemográfica

-Estatísticas do Registro Civil – REGCI: anos de referência: 1997 e 1998, com divulgação no segundo semestre de 2001, e anos de referência 1999 e 2000, no segundo semestre de 2002.

Econômica

-Pesquisa Industrial Anual Produto - PIA / Produto: anos de referência 1998 e 1999, com divulgação para o primeiro semestre de 2002.

Meta 3 / 1.7: Revisar, de 2001 a 2002, metodológica e operacionalmente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tornando-a contínua e integrada à PME para implantação no segundo semestre de 2003.

Meta 4 / 1.7: Realizar, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, o Suplemento de Trabalho Infantil, com implementação na PNAD 2001 e divulgação de resultados no segundo semestre em 2003.

Meta 5 / 1.7: Revisar, em 2001, os processos de trabalho do Sistema de Estatísticas Vitais e o Sistema de Tabulação do Registro Civil (SIDRA e BMM - Banco Multidimensional), adequando-os ao novo sistema de apuração, análise e divulgação.

Meta 6 / 1.7: Construir uma base de dados com a série histórica das Estatísticas do Registro Civil, a partir de 1984, disponibilizando-a em meio magnético e Internet, em níveis estadual, em 2001, e municipal, em 2002.

Meta 7 / 1.7: Realizar, até o primeiro semestre de 2002, estudos relativos a Finanças Públicas, com base nos resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 1999.

Meta 8 / 1.7: Realizar, a cada ano N, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, com corpo básico variável de quesitos nos primeiros anos, tendo como fonte principal registros e inquéritos administrativos, com divulgação no ano N+1.

Meta 9 / 1.7: Revisar, em 2002, com base nos parâmetros do novo Sistema de Estatísticas Econômicas, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC, com conclusão prevista para o segundo semestre de 2002.

Meta 10 / 1.7: Revisar, em 2001 e 2002, metodológica e operacionalmente, a Pesquisa Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas – APU, visando agilizar os procedimentos da pesquisa, desde a apuração até a divulgação dos resultados, com implantação no segundo semestre de 2003.

Meta 11 / 1.7: Definir e implantar, gradativamente, em 2002 e 2003, a revisão metodológica da Pesquisa APU, inicialmente para duas unidades da Federação, com o objetivo de expandir os resultados municipais por UF e por estrutura de gastos por atividade governamental.

Meta 12 / 1.7: Desenvolver estudos, em 2002 e 2003, visando estabelecer uma metodologia para incorporar as estatísticas das Administrações e Empresas Públicas ao Sistema de Contas Regionais, com o objetivo de divulgar todas as informações Regionais em um só volume, do ano N no ano N+2.

Meta 13 / 1.7: Criar cadastro dos principais produtores em nível municipal, em 2001, para a Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM, com resultado previsto para o segundo semestre de 2001.

Meta 14 / 1.7: Implantar, em 2003, a revisão da Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e Silvicultura- PEVS.

1.8 Garantir o acompanhamento da evolução de curto prazo da economia e da sociedade brasileiras por meio de um conjunto de pesquisas conjunturais, utilizando conceitos, definições e classificações adotados internacionalmente.

Meta 1 / 1.8: Manter as pesquisas conjunturais em produção, como atividades contínuas, nas áreas:

Sociodemográfica:

- Pesquisa Mensal de Emprego – PME: do mês M, com levantamento das informações nas 4 semanas seguintes às semanas de referência que compõem o mês da pesquisa e divulgação 20 dias após o término da coleta.

Econômica

- Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – PIM/PF: do mês M, com levantamento das informações no mês M+1 e divulgação no mês M+2.
- Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário – PIMES: do mês M, com levantamento das informações no mês M+1 e divulgação no mês M+2. Excepcionalmente, tendo em vista a reformulação da pesquisa, em dezembro de 2001 serão divulgados os resultados de janeiro a outubro de 2001.
- Pesquisa Mensal do Comércio – PMC: do mês M, com levantamento das informações no mês M+1 e divulgação no mês M+2.

Agropecuária

- Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA: com levantamento das informações no mês M e divulgação no mês M+1.
- Pesquisa Trimestral de Abate de Animais – ABATE: com levantamento das informações do trimestre T, no primeiro mês do trimestre T+1 e divulgação dos resultados no terceiro mês do trimestre T+1.
- Pesquisa Trimestral do Leite – LEITE: com levantamento das informações do trimestre T, no primeiro mês do trimestre T+1 e divulgação dos resultados no terceiro mês do trimestre T+1.
- Pesquisa Trimestral do Couro – COURO: com levantamento das informações do trimestre T, no primeiro mês do trimestre T+1 e divulgação dos resultados no terceiro mês do trimestre T+1.
- Produção de Ovos de Galinha – POG: com levantamento das informações do trimestre T, no primeiro mês do trimestre T+1 e divulgação dos resultados no terceiro mês do trimestre T+1.
- Pesquisa de Estoques – ESTOQ: do semestre S, com levantamento das informações no semestre S+1 e divulgação no semestre S+2.

Contas Nacionais Trimestrais

- Sistema de Contas Nacionais Trimestrais:
Indicadores de Volume: divulgação 60 dias após o término do trimestre; e
Indicadores de Volume e Valores Correntes: divulgação 90 dias após o término do trimestre.

Preços e Custos

- Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC: com levantamento contínuo das informações no mês de referência dos índices e divulgação mensal, 9 dias úteis após o término da coleta do período de referência.

– Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, em parceria com a CAIXA e a PUC/RIO: levantamento mensal das informações até a primeira quinzena do mês M e divulgação até o quinto dia útil do mês M+1.

Meta 2 / 1.8: Revisar, em 2001, operacionalmente, a Pesquisa Mensal de Emprego - PME.

Meta 3 / 1.8: Implantar, em 2001, a PME revisada em 6 áreas metropolitanas: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, com divulgações mensais a partir de janeiro de 2002.

Meta 4 / 1.8: Revisar a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física – PIM/PF, tendo como base as estatísticas estruturais (anuais) de 1998, com conclusão prevista para o segundo semestre de 2002.

Meta 5 / 1.8: Planejar a metodologia da Pesquisa de Preços ao Produtor - IPP, ao longo dos anos de 2001 – 2002, para cálculo do Índice de Preços ao Produtor em 2003.

Meta 6 / 1.8: Implantar, em 2002 e 2003, a Pesquisa de Estoques, de periodicidade semestral, revisada, com divulgação no segundo semestre de 2004.

Meta 7 / 1.8: Desenvolver, de 2001 a 2003, a metodologia das Contas Nacionais Trimestrais, em três etapas, integrando-as ao ano-base de 1999 das Contas Nacionais Anuais.

Meta 8 / 1.8: Aperfeiçoar, em 2001, o sistema de informática para apuração da pesquisa e implantar, em 2002, com painel reduzido, a pesquisa referente a receitas e despesas das Administrações Públicas (Pesquisa APU), com periodicidade mensal, para atender à elaboração das Contas Nacionais Trimestrais.

Meta 9 / 1.8: Definir e implementar procedimentos de atualização do cadastro de informantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, no segundo semestre de 2001.

1.9 Garantir a realização de um conjunto de pesquisas especiais e satélites para atualização de pesquisas regulares e para a geração de indicadores referentes às condições socioeconômicas e demográficas.

Meta 1 / 1.9: Realizar, em 2002, a pesquisa de Economia Informal Urbana - ECINF, em todas as áreas urbanas do País, de periodicidade quinqüenal, com divulgação no segundo semestre de 2003.

Meta 2 / 1.9: Realizar, a partir do primeiro semestre de 2002, o levantamento das informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, de periodicidade quinqüenal, com cobertura nacional urbana e rural, com divulgação a partir do segundo semestre de 2003.

Meta 3 / 1.9: Divulgar, no segundo semestre de 2001, a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB 2000.

Meta 4 / 1.9: Planejar, em 2002, a realização da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB, de periodicidade trienal, com coleta prevista para o ano de 2003 e divulgação de resultados para o segundo semestre de 2004.

Meta 5 / 1.9: Realizar, em parceria com o Ministério da Saúde, em 2002, a Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária - AMS, com periodicidade bienal, com divulgação no segundo semestre de 2003.

Meta 6 / 1.9: Implementar, em parceria com o Ministério da Justiça, em 2001, a primeira etapa de levantamento de informações sobre o Sistema Nacional de Justiça e Segurança Pública, junto aos organismos responsáveis pela produção de estatísticas sobre o tema, em cada UF.

Meta 7 / 1.9: Implantar, em parceria com a FINEP, em novembro de 2001, a Pesquisa de Inovação Tecnológica – PINTEC, completando o levantamento de informações até o primeiro semestre de 2002, com divulgação dos resultados para o segundo semestre de 2002.

Meta 8 / 1.9: Realizar, em parceria com o Ministério do Trabalho e do Emprego, em 2002, a Pesquisa Sindical, com levantamento de informações em todas as unidades da Federação, visando traçar o perfil da organização sindical no país, com divulgação no segundo semestre de 2002.

1.10 Garantir a construção e manutenção dos sistemas-síntese - Sistema de Contas Nacionais e Sistema de Indicadores Sociodemográficos - como elementos estruturadores da produção e disseminação das informações econômicas, sociais e demográficas.

Meta 1 / 1.10: Manter atualizado o Sistema de Indicadores Sociodemográficos da população brasileira, com publicação anual da Síntese de Indicadores Sociais, do ano N, com dados do ano N-1 e divulgação no ano N+1. Excepcionalmente, para o ano de 2001, a Síntese será divulgada com base nos resultados das Tabulações Avançadas do Censo Demográfico 2000, até o segundo semestre de 2002.

Meta 2 / 1.10: Elaborar, com base nos resultados do universo do Censo Demográfico 2000, os Indicadores sobre Crianças e Adolescentes, com divulgação prevista para o primeiro semestre de 2002.

Meta 3 / 1.10: Elaborar, com base nos resultados do universo do Censo Demográfico 2000, os Indicadores Sociais Municipais, com divulgação prevista para o primeiro semestre 2002.

Meta 4 / 1.10: Manter atualizado, anualmente, e revisado, periodicamente, o Sistema de Estimativas e Projeções Populacionais, em níveis nacional, regional, estadual e/ou municipal para a população brasileira, para divulgação no segundo semestre de cada ano.

Meta 5 / 1.10: Elaborar, anualmente, as Projeções Populacionais, em níveis geográficos diferenciados, para subsidiar a expansão das amostras das pesquisas domiciliares internas, no segundo semestre de cada ano.

Meta 6 / 1.10: Elaborar e divulgar, anualmente, até o dia 31 de agosto, as Estimativas Populacionais, em nível municipal, para o Tribunal de Contas da União (TCU), conforme Art.102 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

Meta 7 / 1.10: Elaborar e divulgar, anualmente, até o dia primeiro de dezembro, a Tábua Completa de Mortalidade do Brasil, para o Ministério da Previdência e Assistência Social, conforme Decreto Presidencial nº.3.266 de 29/11/1999.

Meta 8 / 1.10: Planejar, em 2001, e desenvolver, em 2002, o projeto Estudos e Medição de Pobreza, com a produção contínua (anual) de um sistema de indicadores de pobreza e exclusão social.

Meta 9 / 1.10: Elaborar, com base nos resultados do Censo Demográfico 2000, o estudo Tendências Demográficas Recentes da População, para o Brasil e Unidades da Federação: Universo - Brasil (01 volume) e Universo - UFs (27 volumes), com divulgação no primeiro semestre de 2002; e Amostra - Brasil e UFs (28 volumes), no primeiro semestre de 2003.

Meta 10 / 1.10: Manter o Sistema de Contas Nacionais Anuais em produção, como atividade contínua, seguindo um cronograma de trabalho definido pela disponibilidade dos dados básicos, que determina a edição de três versões para as contas nacionais do ano N: preliminar (publicada no ano N+1); semidefinitiva (publicada no ano N+2) e definitiva (publicada no ano N+3).

Meta 11 / 1.10: Desenvolver, em 2001 e 2002, a metodologia de construção do ano-base de 1999, do Sistema de Contas Nacionais, contemplando a elaboração de contas satélites.

Meta 12 / 1.10: Desenvolver metodologia de construção da série histórica a partir do ano-base de 1999, das Contas Nacionais Anuais, até 2004.

Meta 13 / 1.10: Desenvolver metodologia de construção das matrizes de Insumo-Produto integradas ao Sistema de Contas Nacionais a partir do ano-base de 1999, até o ano de 2004.

Meta 14 / 1.10: Manter o projeto de Contas Regionais do Brasil, em produção, como atividade contínua, na área econômica, do ano N, com levantamento das informações no ano N+1 e divulgação dos resultados no ano N+2.

Meta 15 / 1.10: Coordenar estudos metodológicos realizados em conjunto com os órgãos estaduais de estatística a partir de 2001, visando ao desenvolvimento de metodologias comparáveis de cálculo para elaboração do PIB Municipal.

1.11 Garantir o compromisso legal de assegurar a privacidade das informações confidenciais.

Meta 1 / 1.11: Discutir e propor projeto de Lei estatística, aglutinando, revisando e atualizando a legislação atualmente existente, até 2002.

Meta 2 / 1.11: Definir e implementar normas e procedimentos, até o segundo semestre de 2002, sistematizando-os em um Manual Técnico-Operacional, destinado ao tratamento das informações coletadas, armazenadas e disseminadas com vistas a garantir o sigilo das informações confidenciais.

Meta 3 / 1.11: Definir e implementar normas e procedimentos destinados a garantir os princípios a serem seguidos pelos funcionários do IBGE, sistematizando-os em um Manual de Conduta Ético-Moral, até o primeiro semestre de 2002.

2. MACROPROCESSO “COORDENAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS” E SEUS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

2.1 Atuar junto à esfera governamental e às esferas produtoras e usuárias de informações estatísticas com vistas à disseminação da missão institucional do IBGE e de sua importância na construção de um sistema de informações para o Brasil, abrangente, consistente, atualizado e preciso.

Meta 1 / 2.1: Promover a discussão sistemática da produção de informações estatísticas em seus requisitos básicos e em suas diversas áreas temáticas através de reuniões, dos seguintes fóruns: Estimativas e Projeções de População, Pesquisa de Informações Municipais, Estatística de Mortalidade, Contas Regionais, Censo Demográfico, Censo Agropecuário e Índice de Preços ao Consumidor.

Meta 2 / 2.1: Promover a disseminação de documentos técnicos sobre a natureza do trabalho do IBGE como órgão produtor nacional de estatísticas e como coordenador da produção de estatísticas do País, com produção anual de relatório de atividade.

Meta 3 / 2.1: Promover a publicação e ampla circulação de textos condensados e simplificados sobre temas relevantes, nacionais e internacionais, ligados à produção de estatísticas.

Meta 4 / 2.1: Atualizar a publicação “Estudos e Pesquisas do IBGE: Uma Síntese”, contendo a síntese metodológica de todos os estudos e pesquisas, ao longo de 2002.

2.2 Implementar o Programa de Trabalho do IBGE na área de produção de informações estatísticas, acompanhado de uma efetiva coordenação junto aos diversos agentes produtores de estatísticas, no intuito de orientar os trabalhos segundo normas e padrões convencionados, de modo a garantir a solidez dos três pilares nos quais se assentam as estatísticas públicas nacionais: a abrangência temática e espacial, a permanência temporal e a padronização conceitual, com vistas à comparabilidade temporal e espacial.

Meta 1 / 2.2: Acompanhar, avaliar e sistematizar, continuamente, a produção de informações que têm como fonte os Registros Administrativos, visando a adequá-las às demandas da sociedade, às recomendações internacionais e às necessidades de complementaridade com a produção estatística.

Meta 2 / 2.2: Fornecer assistência técnica e capacitar continuamente os Órgãos Estaduais de Estatística e outras Instituições com relação ao Sistema de Estimativas e Projeções Populacionais.

Meta 3 / 2.2: Dar continuidade ao projeto de implantação das Contas Regionais, estendendo-o para 3 (três) estados - AC, TO e DF, que ainda não implementaram o programa do IBGE, e coordenar, nas demais unidades da Federação, a produção das Contas Regionais anuais, segundo normas e recomendações internacionais, adaptadas ao plano estadual, em consonância com as práticas seguidas nas Contas Nacionais do Brasil.

2.3 Promover contatos com entidades públicas, como órgão responsável pela produção nacional de estatísticas, com o objetivo de celebrar parcerias, viabilizando aporte de recursos para ampliar a produção de estatística.

Meta 1 / 2.3: Estabelecer parcerias com órgãos estaduais de estatística para a realização da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, em 2002.

Meta 2 / 2.3: Estabelecer a prorrogação do convênio BRA97/13, em 2001, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de realizar estudos técnicos e metodológicos de vários projetos da DPE.

Meta 3 / 2.3: Estabelecer, em 2001, cooperação técnica com o objetivo de aperfeiçoar e disponibilizar informações relativas ao cálculo do Produto Interno Bruto Trimestral; aperfeiçoamento das informações sobre a Indústria; e disponibilização dos resultados das pesquisas estruturais e conjunturais do IBGE nas áreas de indústria, comércio, emprego e rendimento, e da pesquisa estrutural de serviços, com recorte para o Município do Rio de Janeiro.

3. MACROPROCESSO “PRODUÇÃO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS” E SEUS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:**3.1 Garantir a atualidade do referencial geodésico nacional e global, base das medições destinadas à definição de posicionamentos no território nacional em termos de coordenadas em latitude, longitude e altitude.**

Meta 1 / 3.1: Implantar a Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG). Em 2001: aquisição e implantação de 3 estações maregráficas. Em 2002: aquisição de 3 estações maregráficas; operação das 2 estações já instaladas; cálculo preliminar do nível médio do mar nas estações em operação. Em 2003: instalação e operação de 3 estações maregráficas; operação das 2 estações já instaladas, totalizando 1.980 dados diários. Em 2004: operação de 5 estações maregráficas, totalizando 2.520 dados diários.

Meta 2 / 3.1: Expandir e supervisionar e avaliar a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do Sistema GPS (RBMC). Em 2001: implantação de 4 estações ativas. Em 2002: instalação, incorporação e operação de 10 estações; geração de 8.640 arquivos de observação dos sinais GPS e operação de 6 estações. Em 2003: aquisição de 34 receptores geodésicos; geração de 8.640 arquivos.

Meta 3 / 3.1: Preparar a compatibilização das Altitudes GPS ao Referencial Nacional de Altitudes. Em 2001: expansão da rede de estações de gravidade e de GPS sobre as estações altimétricas existentes na Região Sudeste e parte da Região Nordeste. Em 2002: aquisição de três níveis digitais e um gravímetro digital; determinação GPS em 30 estações geodésicas; execução de nivelamento geométrico de alta precisão em 1.000 estações geodésicas; determinação da aceleração da gravidade em 1.300 estações geodésicas. Em 2003: determinações GPS em 30 estações geodésicas; execução de nivelamento geométrico de alta precisão em 1.000 estações geodésicas; determinação da aceleração da gravidade em 1.300 estações geodésicas. Em 2004: execução de nivelamento geométrico de alta precisão em 1.000 estações geodésicas; determinação da aceleração da gravidade em 1.300 estações geodésicas.

Meta 4 / 3.1: Incorporar informações Geodésicas ao Banco de Dados Geodésicos (BDG). Em 2001: incorporação de 1.126 informações geodésicas. Em 2002: incorporação de 34.630 informações geodésicas, sendo 6.000 oriundas do ajustamento da Rede Planimétrica de Alta Precisão em referencial geocêntrico e 20.000 do ajustamento da Rede Gravimétrica. Em 2003: incorporação de 64.130 informações geodésicas, sendo 60.000 oriundas do reajustamento da Rede Altimétrica de Alta Precisão. Em 2004: incorporação de 6.400 informações geodésicas.

Meta 5 / 3.1: Expandir a Rede Planimétrica. Em 2001: implantação de 100 estações. Em 2002: determinação e cálculo de 100 estações. Em 2003: determinação e cálculo de 100 estações. Em 2004: determinação e cálculo de 100 estações.

Meta 6 / 3.1: Conectar as Redes de Monitoramento Contínuo do GPS ao Sistema Geodésico Brasileiro (SGB). Em 2002: conexão de 20 estações do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Em 2003: conexão de 30 estações do INCRA. Em 2004: conexão de 30 do INCRA.

Meta 7 / 3.1: Verificar a realidade física do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB). Em 2001: visitação em 2.068 estações geodésicas. Em 2002: visitação em 4.000 estações geodésicas. Em 2003: visitação em 4.000 estações geodésicas.

Meta 8 / 3.1: Ajustar as Redes Integrantes do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB). Em 2002: Ajustamento da Rede Planimétrica de Alta Precisão em referencial geocêntrico e ajustamento da Rede Gravimétrica. Em 2003: atualização do ajustamento da Rede Planimétrica de Alta Precisão; reajustamento da Rede Altimétrica de Alta Precisão, com integração de observações gravimétricas.

Meta 9 / 3.1: Homogeneizar os processos de produção geodésica das unidades descentralizadas. Em 2001: efetuar a padronização de procedimentos relativos à operação de níveis eletrônicos e gravímetros para modernização dos levantamentos que mantêm a atualidade e integridade do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB).

3.2 Garantir o mapeamento fundamental de referência, entendido como a representação sistemática do País em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratem a paisagem natural e social do território nacional.

Meta 1 / 3.2: Produzir e atualizar o Mapeamento Topográfico - Escalas: 1:25 000, 1:50 000, 1:100 000 e 1:250 000. Em 2001: aerolevanteamento (SP/MG/GO) – 75 folhas topográficas na escala 1:50 000; restituição: 03 folhas topográficas (MA) escala 1:100 000 e 4 folhas topográficas (BA) escala 1:50 000; editoração: 7 folhas topográficas (MA/BA) escala 1:100 000 e 1:50 000, respectivamente; 26 folhas topográficas (PR – Projeto COPEL) escala 1:50 000 e 10 folhas topográficas (AP) 4º trimestre 2001 e 1º trimestre 2002. Em 2002: aerolevanteamento 54 folhas topográficas (projeto SC 50); planejamento e operações de apoio de campo (SP/GO/MG-50) 75 folhas topográficas e (RJ-25) 24 folhas topográficas; atualização cartográfica: 289 folhas topográficas, nas regiões NE, N e CO, escalas 1:100 000 e 1:50 000; restituição: 12 folhas topográficas (RJ), escala 1:25 000; editoração 76 folhas topográficas, (RJ, SC, AP e RR), escalas 1:50 000 e 1:100 000. Em 2003: operações de apoio de campo (SP/GO/MG-50) 75 folhas topográficas; operações de apoio de campo (projeto SC 50) 54 folhas topográficas; aerolevanteamento 80 folhas topográficas (projeto BA 50), escala 1:50 000; reambulação e restituição fotogramétrica de 35 folhas topográficas (projeto SP/GO/MG-50); atualização cartográfica: 22 folhas topográficas (RJ e SC), escala 1:50 000.

Meta 2 / 3.2: Mapear planimetricamente as áreas desprovidas de cobertura topográfica – escalas 1:100 000 e 1:250 000. Em 2001: geocodificação de imagens SPOT para a elaboração de 7 bases planimétricas (BA), escala 1:100 000. Em 2002: apoio de campo para a elaboração de 7 bases planimétricas (MA/BA), escala 1:100 000. Em 2003: apoio de campo para a elaboração de 11 bases planimétricas (MA/BA), escala 1:100 000.

Meta 3 / 3.2: Produzir Mapas da Série Brasil em formato digital. Em 2001: editoração e preparo para impressão do Mapa do Brasil de Bacias Hidrográficas na escala 1:5 000 000; validação da vetorização e integração das categorias das folhas da Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo - CIM, do Território Brasileiro, visando elaboração de *CD Rom* em formatos DGN, SHP, DXF (sem Banco de Dados). Em 2002: implementar a compilação do Mapa do Brasil nas escalas 1:5 000 000 e 1:2 500 000. Em 2003: editoração e preparo para impressão do Mapa do Brasil nas escalas 1:5 000 000 e 1:2 500 000.

Meta 4 / 3.2: Intensificar a carga da Mapoteca Digital – MD (Base de Dados Cartográficos – Formatos Raster e Vetor). Em 2001: carga e criação de feições de 47 folhas topográficas do bloco IV do SIVAM; vetorizar e/ou validar 300 folhas topográficas. Em 2002: vetorizar e/ou validar 1.032 folhas topográficas, sendo 105 folhas topográficas com Banco de Dados. Em 2003: vetorizar e/ou validar 500 folhas topográficas.

Meta 5 / 3.2: Compor o Banco de Metadados do Mapeamento Fundamental de Referência. Em 2002/2003: realizar a carga do Banco de Metadados dos produtos digitais disponíveis para disseminação nas especificações do IBGE e do Federal Geographic Data Committee (FGDC).

3.3 Garantir a delimitação e representação de áreas legais e operacionais, pelo acompanhamento contínuo e representação em cartas e mapas das linhas divisórias/limites da Divisão Político-Administrativa (Estado, Município, Distrito), de outras áreas estabelecidas em lei (proteção ambiental, terras indígenas, Amazônia Legal, dentre outras), das áreas operacionais voltadas à implementação dos levantamentos/pesquisas estatísticas e geográficas.

Meta 1 / 3.3: Acompanhar, cadastrar e representar em documentos cartográficos, os limites da Divisão Territorial Brasileira (estados, territórios, municípios, distritos e subdistritos); consolidação da divisão municipal - Projeto Arquivo Gráfico Municipal (AGM); alteração e criação de novas unidades político-administrativas (municípios e distritos). 2000 – 2003. Em 2001: alteração de limites municipais, criação de novos distritos, projetos de criação de novos municípios e atendimento a questionamentos sobre limites.

Meta 2 / 3.3: Manter atualizada ao longo de 2002 e 2003 a Base Operacional em decorrência de alterações da Divisão Político-Administrativa (DPA), da divisão urbana e intra-urbana, e de alterações do espaço geográfico, visando facilitar a construção da base territorial para os próximos Censos e Pesquisas, em especial a Contagem Populacional de 2005.

Meta 3 / 3.3: Construir, até dezembro de 2001, a malha polígono de setores urbanos 2000 das cidades dos municípios com população superior a 25.000 habitantes,(1.058 cidades), e adequar a base territorial urbana de estrutura CAD para GIS.

Meta 4 / 3.3: Converter para meio digital o Mapeamento Cadastral das cidades com população acima de 50.000 habitantes. Em 2001: tratamento e organização para a disseminação, dos mapas urbanos digitais; geração dos mapas urbanos e de setores em formato PDF; arquivo de setores e descrições; arquivos PDF das cidades com população superior a 25.000 habitantes (1.058 cidades), representando aproximadamente 80.000 setores e 9.200 folhas; organização dos arquivos DGN das demais cidades, e malha polígono de bairros; geração dos arquivos PDF para o Estado de São Paulo (40.000 setores).

Meta 5 / 3.3: Produzir o Mapeamento Municipal. Em 2001: consolidação das malhas municipal/distrital/setorial - conclusão 4º trimestre; integração da malha (urbana/rural) para expansão da amostra do Censo Demográfico 2000 – conclusão 4º trimestre; reproprocessamento MME e mapas de setores para gravação e entrega ao CDDI - conclusão 4º trimestre. Em 2002: elaborar 231 Mapas Municipais no formato vetorial nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2003: atualização do mapeamento municipal e das malhas municipal e intramunicipal através de produção descentralizada com as Unidades Regionais, com o objetivo de disponibilizar mapas municipais digitalizados de todos os municípios, para a Contagem Populacional de 2005.

3.4 Elaboração de Atlas Geográficos em diferentes escalas e temas pertinentes à divulgação dos dados do IBGE.

Meta 1 / 3.4: Atualizar o Atlas Nacional do Brasil em função da disponibilidade dos dados do Censo 2000. Em 2001: atualização em função dos resultados preliminares do Censo Demográfico 2000. Em 2002: atualização em função dos resultados do universo do Censo 2000.

Meta 2 / 3.4: Elaborar Atlas Escolar: Em 2001, construir o referencial conceitual e metodológico (4º trimestre), especificar linhas temáticas e elaborar os Cartogramas Temáticos - 40%. Em 2002, conclusão dos Cartogramas Temáticos e envio para publicação.

Meta 3 / 3.4: Elaborar o Atlas Nacional do Saneamento Básico a partir das informações da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, em conjunto com a DPE. Em 2001: elaboração da metodologia (4º trimestre). Em 2002: elaboração e conclusão.

3.5 Elaboração de divisões e análises regionais, definindo um quadro de referência da organização social e econômica do País, fundamental à coleta, ao tratamento e à disseminação de informações sobre o território nacional.

Meta 1 / 3.5: Elaborar a publicação Divisão Territorial do Brasil - DTB. Em 2001: iniciar a sistematização das informações – (conceitos, genealogia e critérios). Em 2002: conclusão e envio para publicação.

Meta 2 / 3.5: Definir os novos agregados de municípios contíguos que constituirão a nova malha de Meso e Microrregiões Geográficas. Em 2002: construção de referencial

teórico-metodológico e operacionalização do Sistema de Informações Geográficas. Em 2003: análise e publicação dos resultados.

Meta 3 / 3.5: Realizar a pesquisa Regiões de Influência de Cidades – REGIC. Em 2001: primeiras discussões conceituais. Em 2002: construção de referencial teórico-metodológico com preparo de questionário e operacionalização de um sistema informatizado. Em 2003: aplicação e apuração do questionário. Em 2004: identificação do quadro da hierarquia urbana e áreas de influência de cada centro urbano, e envio para publicação.

Meta 4 / 3.5: Identificar as Áreas de Concentração de População. Em 2001: construção do referencial conceitual metodológico e da base de dados; identificação das áreas de concentração da população. Em 2002: conclusão e envio para publicação. Em 2003: revisão a partir dos resultados da amostra do Censo 2000.

Meta 5 / 3.5: Garantir em 2001 a produção das informações atribuídas por Lei sobre “Royalties” de Petróleo oriundas da Plataforma Continental, através do fornecimento semestral à Agência Nacional de Petróleo (ANP) da lista de municípios com direito à percepção do “Royalties” de Petróleo.

4. MACROPROCESSO “COORDENAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS” E SEUS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

4.1 Atuar junto ao núcleo estratégico do governo no sentido da concepção e da formulação da Política Nacional de Cartografia, enunciando seus requisitos básicos e dando conhecimento de suas tendências internacionais, tendo presente a importância da atividade de coordenação, de modo a preservar a expressão nacional das informações.

Meta 1 / 4.1: Implementar num prazo de três anos (2001-2003) o Plano Cartográfico do IBGE, priorizando os projetos institucionais, as áreas de crescimento socioeconômico, em função de demandas apontadas nos eixos de desenvolvimento e contemplando necessidades de mapeamento regional.

Meta 2 / 4.1: Compor, até dezembro de 2002, o Plano Cartográfico Nacional, na vertente IBGE, a ser implementado no período de 2004 a 2008.

4.2 Articular a Política Nacional de Cartografia emanada do núcleo estratégico do governo, praticando uma efetiva coordenação junto aos diversos agentes de produção dessas informações, no intuito de orientar os trabalhos segundo normas e padrões convencionados, garantindo o conhecimento físico e geométrico atualizado do território nacional, fornecido pelas informações oriundas do mapeamento de referência e da adoção de um referencial geodésico único.

Meta 1 / 4.2: Construir um Centro de Referência das Bases Cartográficas do Território Brasileiro. Em 2002 e 2003 convergir a produção do mapeamento de referência, interna e conveniada, para a Mapoteca Topográfica Digital.

5. MACROPROCESSO “PRODUÇÃO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS” E SEUS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

5.1 – Garantir a produção sistemática e padronizada de informações básicas ambientais de abrangência nacional, e que tenham compatibilidade conceitual (inclusive internacional) e permitam atender a demandas diversas que tenham como objeto de interesse informações sobre ocorrência e distribuição de recursos naturais, assim como conhecimento e monitoramento das interações entre os processos socioeconômicos, naturais e demográficos.

Meta 1 / 5.1: Executar o Levantamento Sistemático do Uso da Terra de todo Território Nacional. Em 2002: 10 cartas. Em 2003: 10 cartas.

Meta 2 / 5.1: Atualizar e disponibilizar informações temáticas básicas sobre geologia, geomorfologia, pedologia, e vegetação do Território Nacional na escala 1:250 000. Em 2001: Atualização de 444 cartas; digitalização de 300 cartas e 16 documentos sínteses. Em 2002: 232 cartas atualizadas e 50 disponíveis para publicação em meio digital. Em 2003: 79 atualizadas e 50 disponíveis para publicação em meio digital.

Meta 3 / 5.1: Produzir, de forma sistemática e regular, informações ambientais traduzidas em Indicadores e Estatísticas Ambientais. Em 2001: Elaboração do Quadro de referência e modelo metodológico para os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e informações básicas sobre Agrotóxicos, Saneamento Básico, Poluição Industrial e Saúde / Meio Ambiente. Em 2002: Publicação dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (sociais, econômicos, ambientais e institucionais) de Estatísticas Ambientais. Em 2003: Publicação dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (sociais, econômicos, ambientais e institucionais) de Estatísticas Ambientais atualizadas.

Meta 4 / 5.1: Executar e disponibilizar informações básicas sobre Recursos Hídricos da Região Nordeste em cartas na escala: 1:250 000. Em 2001: 2 Cartas Hidrogeológicas e 2 Cartas de Hidroquímica. Em 2002: 5 cartas Hidrogeológicas e 5 cartas de Hidroquímica. Em 2003: 5 cartas Hidrogeológicas e 5 cartas de Hidroquímica.

Meta 5 / 5.1: Produzir e disponibilizar Mapas Temáticos na escala 1:5 000 000. Em 2001: 2 Mapas da Fauna Ameaçada de Extinção e 1 Mapa de Solos do Brasil. Em 2002: 1 Mapa da Vegetação do Brasil e 1 mapa de Relevo do Brasil. Em 2003: 1 Mapa de Clima do Brasil.

6. MACROPROCESSO “DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES” E SEUS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

6.1 Manter o IBGE como Centro de Referência de informações estatísticas e geográficas, utilizando as mais modernas tecnologias de informação, atendendo com excelência os clientes e usuários.

Meta 1 / 6.1: Implantar um Sistema de Indicadores de Desempenho do Atendimento, até março de 2002.

Meta 2 / 6.1: Aumentar o número de acessos ao *site* do IBGE na Internet, em 100% ao ano, a partir do que foi auferido em 1999.

Meta 3 / 6.1: Ampliar a Rede de Bibliotecas Depositárias do IBGE através da assinatura de no mínimo 10 (dez) convênios por ano com Bibliotecas Universitárias, no próximos 3 (três) anos.

Meta 4 / 6.1: Reduzir o tempo médio de resposta aos clientes e usuários por correspondência, em 10% ao ano, a partir do que for auferido pelos indicadores de desempenho.

Meta 5 / 6.1: Cumprir e ampliar o calendário Anual de Eventos do IBGE.

Meta 6 / 6.1: Sistematizar todo o acervo fotográfico disponível na biblioteca central do IBGE, até dezembro de 2002.

Meta 7 / 6.1: Informatizar toda a Rede de Bibliotecas do IBGE, nos próximos 3 (três) anos, alcançando 50% em 2002.

Meta 8 / 6.1: Criar um glossário dos conceitos e termos utilizados nos estudos e pesquisas demográficos correntes realizados pelo IBGE, nos próximos 3 (três) anos, com início previsto para outubro de 2001 e término para outubro de 2004.

Meta 9 / 6.1: Mensurar os índices de reconhecimento da marca IBGE e definir percentuais de acréscimo a serem alcançados nos próximos três anos, no período de 1 (um) ano, até junho de 2002.

6.2 Desenvolver produtos e serviços de disseminação adequados aos vários segmentos de clientes e usuários.

Meta 1 / 6.2: Implantar o *Site* “7 a 12” na página *Web*, até dezembro de 2001.

Meta 2 / 6.2: Desenvolver um sistema de recuperação de informações, para acesso em microcomputador, com resultados da Pesquisa Municipal e do Censo Demográfico, a nível de setor, até dezembro de 2001.

6.3 Editar e co-editar publicações técnico-científicas, pedagógicas e de divulgação, do IBGE e de autores externos, compatíveis com as linhas e selos editoriais da Instituição, divulgadas através de um calendário de lançamentos.

Meta 1 / 6.3: Instalar o Conselho Editorial do IBGE até dezembro de 2001.

Meta 2 / 6.3: Divulgar o Programa Editorial Anual até dezembro do ano anterior ao de referência.

Meta 3 / 6.3: Cumprir 90% do Calendário do Programa Editorial Anual no ano de 2001 e 95% no ano de 2002 e 2003.

Meta 4 / 6.3: Receber as tabulações em sistema a ser definido juntamente com a Diretoria de Informática e a Diretoria de Pesquisas, para divulgação dos resultados nas publicações do IBGE, a partir de janeiro de 2002.

Meta 5 / 6.3: Implantar o projeto de redimensionamento do parque gráfico do IBGE, em 3 (três) anos, com aquisição de máquina *off-set* em 2001 e finalização do projeto até dezembro de 2002.

6.4 Preservar e disseminar a memória institucional.

Meta 1 / 6.4: Avançar no projeto de registro da história oral do IBGE, com incorporação de 30 (trinta) depoimentos em vídeos, até dezembro de 2001.

Meta 2 / 6.4: Digitalizar todo o material bibliográfico e documentário, produzido pelo IBGE, disponível nos acervos da Biblioteca, concluindo a década de 90 em 2001 e as décadas de 80 e 70 em 2002.

Meta 3 / 6.4: Apresentar na Internet o perfil biográfico, a trajetória científica e as obras publicadas de e sobre Mario Augusto Teixeira de Freitas e Giorgio Mortara, que contribuíram significativamente na história da estatística e do IBGE, ilustrados por fotos, até dezembro de 2002.

Meta 4 / 6.4: Disponibilizar na Internet, através de som e imagem, síntese dos depoimentos realizados através do projeto História Oral, com acesso ao texto integral, até dezembro de 2002.

6.5 Promover e apoiar iniciativas que desenvolvam a cultura do uso das informações estatísticas e geográficas, junto aos vários segmentos de usuários do IBGE, em especial junto ao público infante-juvenil, fortalecendo o exercício da cidadania.

Meta 1 / 6.5: Desenvolver um projeto de curso para professores de ensino fundamental focalizando o uso das informações do IBGE, até dezembro de 2002.

Meta 2 / 6.5: Desenvolver um programa para a TV Escola focalizando o uso das informações do IBGE, em 3 (três) anos, com apresentação de um anteprojeto em 2001, e início do projeto até dezembro de 2002.

Meta 3 / 6.5: Desenvolver um programa pedagógico, focalizando o uso das informações do IBGE, com o lançamento de um produto até dezembro de 2001.

7. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS TRANSVERSAIS

7.1 Desenvolver uma política integral e priorizada de treinamento e de novas oportunidades de crescimento profissional, associada ao desempenho de tarefas específicas de cada unidade, orientando a trajetória profissional dos servidores da instituição.

Meta 1 / 7.1: Oferecer, através do Programa Anual de Treinamento - PAT, pelo menos 85% dos cursos demandados pelas áreas, em 2001, aumentando a cobertura para 90% em 2002.

Meta 2 / 7.1: Realizar, anualmente, 2 (dois) cursos de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa - CDHP.

Meta 3 / 7.1: Avançar na disseminação, utilizando novas metodologias de ensino à distância nos treinamentos institucionais, objetivando a flexibilização e a ampliação do processo de aprendizado a todos os servidores, com foco especial no pessoal das Unidades Regionais. A cada ano 6 (seis) novos cursos serão implementados.

7.2 Garantir a integração do ensino, pesquisa e treinamento, de forma a desenvolver competências e habilidades específicas nos principais campos de conhecimento técnico ligados ao cumprimento da missão institucional.

Meta 1 / 7.2: Formar sistema de informações entre a Escola Nacional de Ciências Estatísticas, a Diretoria de Pesquisas, a Diretoria de Geociências e o Centro de Documentação e Disseminação de Informações, com vistas a sugerir projetos de dissertações de interesse do IBGE no programa de mestrado, de monografia nos programas de especializações e nos cursos de graduação, totalizando 40% do total dos trabalhos acadêmicos de final de curso em 2001, 50% no ano 2002 e 60% no ano 2003.

Meta 2 / 7.2: Ampliar o grupo de pesquisas, através de concursos e convênios, nas áreas de demografia, de estudos populacionais, e de pesquisas sociais e produção e análise da informação geográfica, até 2002, com vistas à criação do curso de Doutorado, em 2003. Mais 5 (cinco) pesquisadores serão contratados em 2001 e 10 (dez) no ano seguinte.

7.3 Tornar o IBGE um centro de referência para a formação de servidores públicos das diversas esferas de poder, nas áreas estatística e geografia, respaldado na larga experiência acumulada e na excelência profissional em seu campo específico de conhecimento técnico, reforçando o seu papel de coordenador do Sistema Estatístico Nacional.

Meta 1 / 7.3: Disponibilizar cursos do PAT para servidores de outros órgãos federais, bem como para servidores de institutos estaduais e municipais que lidem com levantamento de dados estatísticos. Oferecer cursos da área técnica, limitando as vagas a 3% do total.

Meta 2 / 7.3: Incorporar aos participantes do CDHP público externo, dando preferência a servidores de institutos estaduais e municipais. Oferecer vagas a instituições que trabalhem em parceria com o IBGE em algum projeto, limitando as vagas a 10% do total.

7.4 Garantir de forma adequada e com segurança, dentro dos requisitos básicos da Tecnologia de Informação, os recursos e serviços de informática necessários aos processos de produção de informações do IBGE.

Meta 1 / 7.4: Implantar procedimentos para a contabilização básica do uso dos recursos de informática e de comunicação de dados, até dezembro 2002 (prazo de conclusão do sistema completo, condicionado ao cronograma de implantação do sistema geral de custos da Instituição).

Meta 2 / 7.4: Definir e desenvolver sistema que permita reunir e cruzar informações sobre os diversos serviços de informática a serem realizados na Rede IBGE, desde os serviços de instalação e manutenção da Rede até os projetos usuários, possibilitando o planejamento de execução dos serviços e o fornecimento de informações necessárias à produção de Acordos de Nível de Serviço:

- ✓ Identificação dos usuários e levantamento dos objetivos técnicos/gerenciais - fevereiro 2002;
- ✓ Definição do plano: diretrizes e contexto – junho 2002;
- ✓ Protótipo de teste - dezembro 2002; e
- ✓ Implantação – ao longo de 2003.

Meta 3 / 7.4: Elaborar modelo de implementação para os Acordos de Nível de Serviços (medidas de desempenho, tempo de resposta, segurança e contabilização de uso dos recursos computacionais) a ser aplicada aos usuários da Rede IBGE e a área de serviços visando explicitar os entendimentos e respectivas obrigações até dezembro de 2002.

Meta 4 / 7.4: Gerenciar a infra-estrutura dos recursos tecnológicos através de remanejamentos e/ou contínuos investimentos - metas anuais: 20% dos equipamentos servidores; 20% de micros alocados à estações de trabalho; 20% dos elementos ativos

de rede; 25% dos periféricos (impressoras, *scanners*, gravadores de mídia, etc); e 20% de licenças de uso para produtos de software.

Meta 5 / 7.4: Implantar Plano de reutilização/aproveitamento da linha de produção montada no CCD-RJ objetivando a efetivação de ambientes para atendimento, a geração, produção, armazenamento e guarda de documentos eletrônicos do IBGE. Projeto piloto de informatização do processo de criação de municípios em parceria com a DGC até julho de 2002. Confecção de um Plano de realocação dos *scanners* até março de 2002. Informatização dos processos da DE até dezembro de 2002. Inclusão do IBGE no projeto de documentos eletrônicos do Governo Federal.

Meta 6 / 7.4: Dar continuidade à implementação do Plano Global de Segurança, a partir da definição da Norma de Segurança e seus respectivos Procedimentos Operacionais de acesso aos recursos computacionais e controle de acesso físico nos ambientes de processamento de dados. Implementação dos Procedimentos Operacionais:

- ✓ Tratamento do ambiente de *mainframe* - até março de 2002;
- ✓ Tratamento de acesso à rede - até março de 2002;
- ✓ Tratamento do ambiente *Windows* - até maio de 2002;
- ✓ Tratamento do ambiente *Unix* - até junho 2002; e
- ✓ Acesso físico aos ambientes de processamentos de dados - até março de 2002.

7.5 Melhorar a qualidade do atendimento aos usuários, antecipando suas necessidades e viabilizando soluções para automação/simplificação dos trabalhos, por meio do uso de Tecnologia de Informação.

Meta 1 / 7.5: Melhorar a qualidade no atendimento aos projetos e no desenvolvimento dos sistemas, em 1% ao ano, através da capacitação técnica e gerencial contínua dos analistas e programadores, ao longo dos anos 2001 a 2003.

Meta 2 / 7.5: Implementar novas formas de captura de dados através do uso de computadores portáteis (*palmtop, handheld, notebook*), em 2001 no projeto de revisão da Pesquisa Mensal de Emprego, em 2002 na Pesquisa de Orçamentos Familiares, em 2003 no Índice Nacional de Preços ao Consumidor e, nas pesquisas em que esta forma de captura de dados for possível, ao longo de 2002 e 2003; de coleta eletrônica via Internet nas pesquisas econômicas, progressivamente, a partir de 2001; e implementar o uso de *scanner* nas pesquisas em que essa forma de entrada de dados for viável, após liberação por parte do Censo

Meta 3 / 7.5: Implementar em Notes o Sistema Gerencial de Acompanhamento da Coleta e Apuração das Pesquisas – SIGA, tendo como piloto as pesquisas agropecuárias e a Pesquisa Anual do Comércio em 2001, e demais pesquisas em 2002; implementar no SIGA protótipos do acompanhamento do orçamento, do cronograma da coleta e o portal do sistema na Intranet em 2001; disponibilizar em 2001, projeto piloto com técnicas de *workflow* de Correio Eletrônico, visando sua implementação em 2002 no Correio Eletrônico do Notes; disponibilizar projetos pilotos de sistemas

administrativos na Diretoria de Informática ao longo de 2002.

Meta 4 / 7.5: Aumentar a capacidade de atendimento à demanda de desenvolvimento dos projetos, através da gestão de contratos de serviços de consultoria nas diversas ferramentas de desenvolvimento, abrangendo 2 (dois) contratos em 2001, 7 (sete) contratos em 2002 e 8 (oito) contratos em 2003.

7.6 Implementar um ambiente de dados que garanta a padronização, controle e integridade das informações coletadas, trabalhadas, armazenadas e disseminadas.

Meta 1 / 7.6: Incorporar os dados agregados multidimensionais do Censo Demográfico de 2000 ao *Datawarehouse* Institucional, de janeiro a dezembro de 2001, e, a partir de julho de 2001, as informações da AMS, PNSB e PME. Iniciar a inclusão das demais pesquisas do IBGE em janeiro de 2002.

Meta 2 / 7.6: Incorporar novas pesquisas ao Sistema de Disseminação de Dados Agregados - SIDRA, visando contemplar, a médio prazo, o conjunto completo de pesquisas do IBGE. Atualizar as pesquisas agregadas de dois departamentos produtores por semestre, a partir de setembro de 2001.

Meta 3 / 7.6: Incorporar ao Banco de Metadados os dados relativos aos estudos e pesquisas da DGC, com a implantação da interface de atualização e a da interface de consulta, até dezembro de 2001.

Meta 4 / 7.6: Coordenar a transferência para o Acervo Institucional do conjunto de pesquisas já disseminadas pelo IBGE ainda não incorporadas àquele. Atualizar o passivo das pesquisas de dois departamentos produtores por semestre, a partir de setembro de 2001.

7.7 Criar condições de excelência no atendimento a todos os setores da organização, de forma a garantir que as pessoas sejam efetivamente capazes de desenvolver e cumprir, em um ambiente de trabalho adequado, seus objetivos funcionais.

Meta 1 / 7.7: Informatizar e racionalizar os processos de trabalho de concessão de diárias e controle de contratos, de forma a agilizar e melhorar a qualidade do atendimento dos serviços administrativos, até o primeiro semestre de 2002.

Meta 2 / 7.7: Implantar, ao longo de 2002, projeto de melhoria das condições de trabalho no complexo da Franklin Roosevelt, bem como garantir a conclusão dos projetos em andamento.

Meta 3 / 7.7: Promover permuta de imóveis entre a SIAS e o IBGE, até o primeiro semestre de 2002, de forma a incorporar ao nosso patrimônio o Complexo da Canabarro.

7.8 Ampliar a eficiência (melhoria de gestão) e a eficácia (desempenho organizacional) no processo de gestão estratégica institucional.

Meta 1 / 7.8: Desenvolver, a partir do segundo semestre de 2001, projeto de Sistema de Apropriação de Custos, que permita avaliar a qualidade dos gastos efetivados com projetos e atividades, com implantação a partir do primeiro semestre de 2002.

Meta 2 / 7.8: Desenvolver sistema de informações gerenciais que permita informar à administração superior, a partir de janeiro de 2002, a evolução dos gastos dos principais itens de infra-estrutura, por Diretoria, Complexo e UR.

Meta 3 / 7.8: Redefinir o método de estruturação do Plano de Trabalho Anual - PTA, de forma a permitir melhor compatibilização com o orçamento, transformando-o em instrumento básico de gestão estratégica ao longo do ano de 2002.

Meta 4 / 7.8: Promover, no primeiro semestre de 2002, seminário de avaliação do PTA com vistas a compatibilizar o programa de trabalho, o orçamento e a execução dos projetos / atividades, revalorizando a função de planejamento.

Meta 5 / 7.8: Desenvolver, a partir do segundo semestre de 2001, projeto de sistema de informações que permita acompanhar os gastos por projeto/atividade com a utilização de pessoal temporário, com implantação prevista a partir do segundo trimestre de 2002.

7.9 Formular uma política de recursos humanos que desenvolva a motivação, o comprometimento, a competência profissional e o raciocínio crítico do corpo funcional e gerencial.

Meta 1 / 7.9: Continuar a recomposição de quadros de nível superior do IBGE através da realização de concurso público no primeiro semestre de 2002 e encaminhar ao Ministério do Planejamento proposta de recomposição de quadros de nível intermediário das Unidades Regionais.

Meta 2 / 7.9: Desenvolver sistema de indicadores gerenciais sobre recursos humanos da instituição, inclusive os temporários, no segundo semestre de 2001, com produção de informação regular a partir de janeiro de 2002.

Meta 3 / 7.9: Desenvolver projeto de absorção e integração de novos servidores, de modo a garantir que o IBGE avance no processo de modernização institucional.

Meta 4 / 7.9: Avaliar o sistema de desempenho no segundo semestre de 2001, implantando as modificações a partir da primeira avaliação de 2002, caso necessário.

7.10 Intensificar a articulação técnica e administrativa das unidades regionais, como um imperativo da crescente descentralização de etapas importantes dos processos de pesquisa, bem como da progressiva descentralização das atividades de informática e de suporte à produção das atividades finalísticas.

Meta 1 / 7.10: Desenvolver Plano de Ação, no segundo semestre de 2001, para implementar as diretrizes do Conselho Diretor, emanadas da análise dos resultados do Projeto Presença, ao longo de 2002.

7.11 Aumentar a receita própria da Instituição, por meio de uma política de geração de recursos que contemple o estabelecimento de parcerias dentro do plano de trabalho da instituição, e a oferta de serviços de disseminação e capacitação profissional, bem como efetivas estratégias de marketing e comercialização dos produtos institucionais.

Meta 1 / 7.11: Criar uma campanha publicitária institucional anual para o IBGE, a partir de 2001.

Meta 2 / 7.11: Aumentar a receita própria, em 10% ao ano, a partir do que foi auferido em 1999.

7.12 Promover o desenvolvimento de políticas de articulação com organismos nacionais e internacionais de fomento e financiamento a pesquisas e projetos, com vistas a se incrementar processos e procedimentos de modernização técnico-metodológico institucional, bem como garantir a articulação e integração das diversas áreas da Instituição.

Meta 1 / 7.12: Exercer a presidência da 1ª Conferência de Estatística das Américas (CEA) no período 2001/2003, realizando em março e outubro de 2002 as reuniões preparatórias com o Grupo Dirigente e, em março de 2003, a 2ª Conferência de Estatística das Américas, com a participação dos 49 países membros.

Meta 2 / 7.12: Exercer o cargo de *chairman* do Rio Group por tempo indeterminado, realizando reuniões anuais.

Meta 3 / 7.12: Dar continuidade aos compromissos do convênio Comunidade Européia/Mercosul/Chile, no período de 2002 a 2003, participando de duas reuniões anuais dos dez grupos de trabalho, de um módulo de formação anual e da Conferência Estatística, prevista para dezembro de 2002.

Meta 4 / 7.12: Participar como *chairman* do Comitê de programa da sessão do International Association of Survey Statisticians (IASS) na Conferência bianual do International Statistical Institute (ISI) em 2003.

7.13 Ampliar a visibilidade interna e externa do IBGE, tanto no âmbito da comunicação com o corpo funcional da Instituição, como junto aos organismos de difusão de informação da Sociedade

Meta 1 / 7.13: Criar, ao longo de primeiro trimestre de 2002, Boletim Interno eletrônico diário para disseminar, entre os funcionários do IBGE, todas as informações relacionadas com a atividade da Instituição, as comunicações oficiais e notas de interesse para os funcionários, de forma a assegurar ampla informação e integração do corpo funcional.

Meta 2 / 7.13: Definir, ao longo do primeiro trimestre de 2002, um modelo de divulgação, com cobertura nacional, de todos os materiais e resultados das pesquisas produzidos pela Instituição, incorporando as DIPEQs e SDDIs neste processo.

Rio de Janeiro, novembro de 2001